

A CONSTRUÇÃO DE SENSIBILIDADES PARA COM A MATA DO LOUZEIRO: OS PARQUES ECOLÓGICOS E A HISTÓRIA JURÍDICA DESTES INSTITUTOS NO BRASIL (1965-2011)

Rozeane Albuquerque Lima
rozeanelima@hotmail.com

Introdução

A proposta de estudar a História dos parques ecológicos enquanto zona de preservação ambiental, parte de um momento recente, haja vista que a sua criação na esfera legal ocorreu em 1934, com a instituição do primeiro Código Florestal Brasileiro pelo Decreto-Lei 23.793 de 23 de janeiro de 1934. O referido Código, da era getulista, não se insere na discursão ambiental atual posto que foi criado para normatizar o acesso aos recursos naturais no Brasil. Foi o Código Florestal que o substituiu, em 1965, que trouxe uma sensibilidade para com a Natureza. É com essa construção da História presente, que se volta um olhar para o passado e analisa-se os discursos e as relações de poder que possibilitaram a construção jurídica das Áreas de Preservação Permanente. Buscam-se também na própria paisagem dos parques, fragmentos e vestígios que apontem indícios sobre a relação humana com a Natureza e as mudanças ocorridas nessa relação ao longo dos últimos 46 anos de vigência do Código.

O questionamento acerca da naturalização dos conceitos de Ecologia e dos elementos que compõem a História Natural visa um afastamento com o objetivo de estudar o surgimento dos parques ecológicos e as mudanças ocorridas nas relações da comunidade com este espaço depois de sua criação legal. A transformação desses espaços em zona de proteção ambiental ensejou a prática de contravenções e crimes ambientais no cotidiano das populações circunvizinhas; essas práticas anteriormente eram tidas como corriqueiras e comuns no sentido de auxiliar na sobrevivência dessas comunidades á medida em que elas acessam estas áreas principalmente em busca de recursos naturais.

As táticas utilizadas pelas populações do entorno dos parques para burlar o conjunto de leis que os protegem e explorá-los de forma que ela possa ter algum valor econômico, são entendidas à luz de Michel de Certeau. O autor afirmou que a tática é o aproveitamento de uma ocasião para se fazer um deslocamento nas relações de poder. Ela se apoia na estratégia (o conjunto de leis e as ações de fiscalização da área), que é o

planejamento a médio e longo prazo racionalizado de uma dada ação ou de um dado discurso para provocar um deslizamento, um campo de escapatória. (CERTEAU,1998) A sociedade busca nestas zonas de preservação lenha para abastecer pizzarias, restaurantes e padarias; pasto para o gado, principalmente no que deveria ser a mata ciliar dos córregos, rios e riachos, que atravessam as reservas; um local para depositar resíduos industriais; recursos naturais para olarias; extrair areia para a construção civil, entre outras formas de explorar os recursos naturais lá existentes.

Michel Foucault (1996, p 8-9) afirmou que “[...] em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída”. “[...] não se tem o direito de dizer tudo, [...] não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, [...] qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa”. Tomando por base a forma como se produz o discurso, é possível pensar nas relações de poder que se enfrentam quando da urdidura de um Código Florestal, ou de qualquer outra Lei que trate da proteção de recursos naturais. No Brasil existem muitos conflitos, principalmente entre os chamados ruralistas (grande fazendeiros do agronegócio) e os ambientalistas, que tem como cenário privilegiado de debates o Congresso Nacional. O enfrentamento entre esses dois grupos definirá o texto final do Código Florestal em debate, não sem a interferência da sociedade e da conjuntura cultural-político-econômica em sua trajetória. No caso do Código Florestal de 1965, o texto foi influenciado por uma conjuntura favorável à preservação ambiental, conforme veremos mais adiante.

Nesse ponto, um diálogo com Ferdinand Saussure enriquece a discussão: a dicotomia língua x fala na ótica saussureana, toca a História Oral na perspectiva de que segundo ele “A língua é um sistema de valores que se opõem uns aos outros e que está depositado como produto social na mente de cada falante de uma comunidade, possui homogeneidade e por isto é o objeto da linguística propriamente dita. Diferente da fala que é um ato individual e está sujeito a fatores externos, muitos desses não linguísticos...”.(SAUSSURE,1988,p.39). As entrevistas com moradores locais das zonas de proteção e até as conversas informais são mascaradas por medos e lacunas, principalmente devido à burla da proteção ambiental do espaço em questão, mas também devido à limitação na perspectiva linguística que a população local, em sua maioria, semialfabetizada, tem. A dificuldade em expressar por meio de palavras, o que

pensa e sente no tocante ao parque ecológico exige que o historiador, ao conversar com a comunidade que mora no entorno desses espaços, exercite a capacidade de assimilar também o que não foi dito. Conforme sugeriu Michel Foucault.

No tocante à História Ambiental Simon Schama afirmou que paisagem é uma obra da mente que se compõe tanto de camadas de lembranças quanto de estratos de rochas. Escrever uma história possível das relações do ser humano para com a natureza perpassa por essas camadas de lembrança que habitam a memória humana. Com o mesmo autor faz-se uma análise da discursão presente na História Ambiental que, “embora seja uma das mais originais e instigantes que estão sendo escritas hoje, ela, inevitavelmente expõe o mesmo quadro desanimador: terras tomadas, exploradas, exauridas; culturas tradicionais que sempre viveram numa relação de sagrada reverência com o solo e foram desalojadas pelo individualista displicente, pelo agressor capitalista”. (SCHAMA, 1996, p.23) Essa agressão se concretiza com a exploração dos recursos da Natureza com o intuito de produzir um excedente visando o abastecimento do comércio.

As *astúcias* que o ser humano utiliza para *burlar* as instituições e estruturas sociais (CERTEAU, 1998), não podem ser usadas na sua relação para com o Ambiente. A Natureza, como a fênix, tem a capacidade de renascer das cinzas, no entanto, o tempo de resiliência tem sido muito pequeno, e as consequências dessa relação ser humano-Natureza, ora de simbiose, ora de exploração, são sentidas nas formas de ocupar o Planeta e em muitos dos problemas socialmente enfrentados, entre eles, o do abastecimento de alimentos, acompanhado de forma preocupante pela FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) no mundo contemporâneo.

A relação de exploração humana para com a Natureza se iniciou com as mudanças ocorridas no Neolítico. O desenvolvimento da agricultura e a domesticação de animais tirou dos seres humanos parte da capacidade de se integrar ao Ambiente, inicia-se então uma relação também de dominação com foco na exploração dos recursos naturais.

“A agricultura intensiva possibilitou todo tipo de males modernos. Rasgou a terra para alimentar populações cujas demandas (por necessidade ou por luxo) provocaram mais inovações tecnológicas que, por sua vez, ao exaurir os recursos

naturais, impulsionaram mais e mais o ciclo exasperado de exploração ao longo de toda a história do Ocidente” (SCHAMA,1996, p. 23-24). Some-se a esses fatores uma sociedade sedentária, produtora de resíduos orgânicos e inorgânicos, e encontra-se a origem do desequilíbrio ambiental conhecido atualmente.

Pensar a História do ser humano enquanto ser social implica em pensar a utilização dos recursos naturais finitos, ou não renováveis em curto prazo, para atender às demandas da sociedade. Isto ocorre ao longo de toda a História, e se intensifica na Revolução Industrial, com a produção em larga escala. Nesse ano de 2011, de acordo com a Global Footprint Network (ONG que mede a pegada ecológica¹ do ser humano no planeta), desde o dia 27 de setembro, a humanidade superou todos os recursos que a Natureza é capaz de oferecer de forma sustentável no período de um ano.

O Brasil se insere neste contexto de uma forma mais intensa desde a chegada dos portugueses. Estes, já em seu primeiro ato simbólico para com a Natureza, derrubaram uma árvore para com ela fazer a cruz da Primeira Missa (DEAN,1996). A forma de colonização à qual o Brasil foi submetido fez com que os ciclos econômicos fossem marcados pelo aumento na devastação do Ambiente que já ocorria com as comunidades indígenas e praticas como as da coivara, caça, agricultura entre outras.

Em um recorte mais contemporâneo, a década de 60 do século XX traz uma construção nova para o discurso histórico: o conceito de Ecologia², que surgiu com as práticas dos movimentos verdes desta década. No Brasil este debate presencia o crescimento das cidades, provocado pela explosão demográfica e pelo êxodo rural intensificados neste período. Esse adensamento populacional desordenado trouxe vários problemas, inclusive de impactos ambientais causados pela urbanização de novas áreas: “as décadas de 60,70 e 80 foram palco de várias decisões políticas e econômicas que concorrem para uma grande expansão do espaço urbano.(...) Como resultado dessa expansão, processos geomorfológicos são alterados, e, em consequência, cheias, ravinas, voçorocas e desabamentos passam a constituir problemas afetando toda a comunidade” (DEL GROSSI, 1991, p.109).

¹A expressão **Pegada ecológica** é uma tradução do Inglês **ecological footprint** e refere-se, em termos de divulgação ecológica, à quantidade de terra e água que seria necessária para sustentar as gerações atuais, tendo em conta todos os recursos materiais e energéticos gastos por uma determinada população.

²Ecologia é uma ciência (ramo da Biologia) que estuda os seres vivos e suas interações com o Ambiente onde vivem. É uma palavra que deriva do grego, onde “oikos” significa casa e “logos” significa estudo.

Thomas Skidmore (1988) contextualizou este período como milagre econômico, iniciado em 1967 com Arthur da Costa e Silva que conseguiu um maior controle da inflação que, em anos anteriores, chegou a 80% ao ano e o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) a uma velocidade 2,18% maior do que a média mundial. Segundo Horta (2007), este crescimento econômico se refletiu na paisagem das cidades, que tiveram que dar passagem aos inúmeros automóveis recém-adquiridos também pela nova classe média. A derrubada de árvores, a abertura de estradas, a exploração dos minérios, foram sinais do crescimento econômico de uma época. Mas o que parecia progresso, trazia consequências desastrosas para os ecossistemas brasileiros.

Em nome de um discurso que favorecesse o “desenvolvimento sustentável³”, imprensa e empresas iniciaram um novo apelo de consumo: o produto ecologicamente correto surgiu e logo em seguida, o orgânico e o socialmente correto. Atualmente as discursões sobre Ecologia e preservação ambiental ocupam meios acadêmicos nacionais e internacionais e fazem parte das políticas e iniciativas das instituições públicas e privadas envolvidas com o tema. Como consequência, a preservação do Ambiente, diretamente ligada à da espécie humana, passou a inspirar atitudes como a instituição de leis específicas, Tratados que estabelecem cumprimento de metas, entre outras ações coercivas.

Neste contexto, foi promulgada a Lei 4.771-65, que instituiu o Código Florestal Brasileiro. Desde então o Direito Ambiental tem evoluído com a elaboração das leis e na sua aplicabilidade pelos órgãos controladores (IBAMA, SUDEMA, Curadorias de Meio Ambiente, entre outros). Líderes Ambientistas, entre eles Chico Mendes e Marina Silva, se basearam no texto legal para fazer denúncias acatadas pelo Ministério Público e buscar medidas protetivas do Ambiente, asseguradas por lei contra a degradação que vinham sofrendo.

A aprovação na Câmara dos Deputados por 410 votos a favor a 63 contra, do novo Código Florestal é uma ruptura significativa desta discursão ambiental que vinha construindo um discurso jurídico e histórico em favor da proteção e preservação dos recursos naturais e dos ecossistemas brasileiros. A possibilidade de redução das APAS

³É conceituado como o desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades, – Relatório Brundtland – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1987.

(Área de Proteção Ambiental) e das APPs (Área de Preservação Permanente) demonstra uma camuflagem que defende o discurso do desenvolvimento já ultrapassado, baseado nos dados do agronegócio e da renda per capita (FURTADO, 1961), fugindo completamente do discurso sobre a sustentabilidade e do desenvolvimento medido pelo PNUD (Plano Nacional de Desenvolvimento Humano) proposto pelas Nações Unidas com base no IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) em consonância com as ideias de Mahbud Ul Haq, paquistanês que defendeu o desenvolvimento sustentável.

Evidencia-se então que um discurso jurídico preocupado com a preservação da Natureza tornou-se possível pelo surgimento de uma sensibilidade historicamente criada que tem como base a utilização racional dos recursos naturais.

O inédito espaço da Caatinga em um parque ecológico urbano

A Lei Orgânica Municipal de Campina Grande, em seu Parágrafo III, Artigo 269º, transformou a Mata do Louzeiro, em Área de Preservação Permanente (APP) em 2009, mesmo ano em que foi promulgado o Código do Meio Ambiente da Cidade.

Trata-se de um espaço de características peculiares: uma propriedade privada de aproximadamente 60 ha, localizada na Zona Norte de Campina Grande, que tem como delimitação geográfica os bairros da Conceição, Alto Branco, Palmeira e Jardim Continental. Faz parte do Bioma Caatinga (único bioma exclusivamente brasileiro) e é tratado como sítio, que a Prefeitura da Cidade fez várias tentativas vãs de comprar.

Tratando-se de uma região pouco habitada: segundo dados do IBGE 2000, são 1086 habitantes ao todo, uma densidade de 1,9 por habitante por quilômetro quadrado, a maior parte da sociedade civil campinense desconhece a existência do Parque Ecológico. Essa é a razão pela qual existe uma grande dificuldade em mobilizar a população no intuito de defender e preservar a área.

Como Área de Preservação Permanente, consiste em um Patrimônio Natural protegido por lei, mas a deficiência na fiscalização dos órgãos controladores expõe a área à degradação e à destruição do seu patrimônio devido às ações tais quais a deposição de resíduos (inclusive industrial), as queimadas, o comprometimento da fauna pela caça, o desmatamento, a destruição da mata ciliar do Riacho das Piabas (que atravessa o Parque) entre outros, como comprovado por visitas *in loco*.

Surge então o questionamento sobre a aplicabilidade do conceito de APP extraído do Código Florestal a uma zona urbana, haja visto que os impactos são diversos dos vividos pela zona rural e as soluções propostas tem que ser diferentes. Aliado a esse problema some-se a questão da competência legislativa dos entes federativos. Questões tais quais: em normas de caráter ambiental, o que prevalece: o Código Florestal ou as normas de disciplina urbanística de uso e parcelamento do solo? Esta discussão ocorre por que existe uma lacuna sobre a disciplina legal das APPs, conduzindo ao descumprimento da norma nas cidades, mas que a reflexão na História pode contribuir estudando a forma de ocupação de cada espaço (rural e urbano) e os principais problemas ambientais provocados por cada uma delas.

O principal aparato legal existente para a regulação das APPs atualmente é a Resolução CONAMA 303, de 20/03/2002, que estabeleceu os parâmetros, definições e limites referentes às APPs em todo o território nacional, tanto para o domínio rural como para o urbano. No entanto ela não passa de um termo mais específico de aplicação das determinações do Código Florestal de 1965. A atual legislação não foi construída inspirada na realidade urbana, sendo, por decorrência, equivocada conceitual e estruturalmente para a gestão ambiental deste espaço.

A Mata do Louzeiro é um Parque Ecológico desconhecido da maior parte da população de Campina Grande, inclusive da comunidade político-jurídica que o criou. Fazendo parte do bioma Caatinga, o Louzeiro ampliou os horizontes da pesquisa para o estudo do imaginário nordestino sobre a seca, da invenção discursiva sobre o Nordeste.

O ineditismo de um Parque Ecológico urbano que tem a Caatinga como bioma e vegetação principal em detrimento dos outros parques brasileiros fundados principalmente em áreas de Cerrado e de Floresta, e cujas únicas pesquisas que se tem registro são as de Veneziano Guedes, morador do Louzeiro e atualmente aluno do Curso de Doutorado em Recursos Naturais na UFCG, é um dado que torna aquele local digno de estudo, hajam vistas as poucas pesquisas feitas em um espaço ameaçado de ser completamente degradado em poucos anos pela especulação imobiliária com demandas para a construção civil.

Olhar para a Natureza entendendo que existe uma sensibilidade para com ela e, existe principalmente uma preocupação que perpassa a finitude dos recursos naturais e o

equilíbrio do Ambiente no qual o ser humano se insere, possibilita contextualizar a transformação da Mata do Louzeiro em Parque Ecológico em 2009.

Escrever sobre a Mata do Louzeiro em Campina Grande implica em, necessariamente, escrever também sobre as táticas das populações das favelas e regiões carentes que delimitam as fronteiras do Parque Ecológico, acessando-o e tendo com ele uma relação que garanta a obtenção dos recursos para a sua sobrevivência na sociedade.

A Caatinga, estudada à luz das discussões realizadas por Durval Muniz (2011) que evidencia a existência de características inerentes a este Ecossistema e a formação discursiva em torno da construção imagética sobre a Caatinga, que tomou proporções maiores que as naturais e enveredou no campo do imaginário popular, fazendo parte do discurso histórico, político e jurídico da Região Nordeste. Entenda-se que a Região Nordeste enquanto espaço natural sempre existiu, mas o que delimitou suas fronteiras, fazendo com que neste recorte geográfico fosse atribuída uma identidade ao povo que nela habita foi a construção discursiva que tomou por base as secas da Região, fenômeno natural que foi politizado e culturalizado. A manipulação dessa construção discursiva que o arquétipo do nordestino atual: imagens da não-modernidade são disseminadas como parte da identidade de um povo. Elas não correspondem ao que efetivamente se encontra no cotidiano da Região e, portanto, não deveriam ser difundidas como representações de uma maioria.

O estudo da paisagem no contexto urbano tecido pelo olhar de Regina Horta (2007) e suas considerações sobre Belo Horizonte enfatizou as mudanças que a cidade sofreu ao longo do fim do Século XX e início do XXI para dar espaço ao crescimento econômico. Inserir 60ha de Caatinga como um Parque Ecológico urbano requer um olhar mais cauteloso sobre a integração desse espaço à Cidade e aos seus habitantes. Considerando que Campina Grande tem uma população de aproximadamente 400 mil habitantes e apenas essa Zona de Proteção Ambiental, além de um imenso déficit na quantidade de árvores plantadas para a garantia de um equilíbrio no ecossistema (DANTAS E SOUSA, 2011); levando-se também em conta que o Parque em questão é um local de fontes hídricas importantes para a Cidade, levanta-se o questionamento sobre o fato de que os órgãos controladores e o próprio poder político local ignoram e permitem, por omissão, a destruição cada dia mais evidente da área que deveria ser preservada.

Considerações finais

Ao debruçar um olhar sobre a Mata do Louzeiro para escrever uma História possível sobre o local, o exercício da interdisciplinaridade se faz necessário, como em todo estudo sobre História Ambiental. A discursão sobre a preservação dos recursos naturais disponíveis para garantir a sobrevivência humana no Planeta perpassa pela Ecologia, engenharias, Biologia, História, Agronomia, entre outras áreas do conhecimento tão diversas que ampliam o olhar e o pensar de qualquer profissional que enverede por esse caminho.

A Mata do Louzeiro é um Parque Nacional ameaçado e degradado, que reflete a realidade da maioria dos Parques Ecológicos brasileiros, urbanos (com mais intensidade) ou não. O mais intrigante ao se analisar os impactos negativos que atingem as zonas de preservação no Brasil é o fato de que todas sofrem o mesmo tipo de agressão e de degradação sem que nenhuma autoridade pública ou órgão controlador tomem qualquer providência com o intuito de coibir tais ações.

Dentre os temas pertinentes à História Ambiental, o impacto ambiental está sendo um dos mais discutidos na conjuntura atual haja vista a ameaça de finitude dos recursos que a Natureza disponibiliza. Esta discursão, no âmbito da História, no entanto, não pode ser desvinculada dos principais problemas enfrentados pela humanidade nas últimas décadas.

Desde a década de 60 do Século XX, a relação dos seres humanos para com a Natureza tem sido embebida de uma nova sensibilidade. Tal sensibilidade, no entanto, não é fator determinante para provocar uma mudança grande o suficiente na mentalidade das pessoas que estabeleça limites para a degradação e exploração de recursos naturais. Principalmente quando estas práticas incidem na apropriação dos recursos com vistas à garantia de uma melhor qualidade de vida, ou mesmo da sobrevivência da população que o explora.

Por isso mesmo as soluções em matéria ambiental não podem se limitar ao sonho de ver a Natureza como um patrimônio intocável. As discussões sobre a Educação Ambiental devem propor a exploração de um bioma com vistas à sustentabilidade deste ecossistema, lembrando sempre que os seres humanos estão nele incluídos.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. CONAMA. Resolução n 303, de 20 de março de 2002. Disponível em <http://www.mma.gov.br/conama/legi.cfm>. Acesso em 10/09/2011.

BRASIL. Constituição Federativa (1988). **Constituição da Republica Federativa do Brasil**. Organização de Antônio Luiz de Toledo Pinto; Márcia Cristina Vaz dos Santos Windt; Livia Céspedes. São Paulo: Saraiva, 2006.

BRASIL. Decreto Federal n 23.793, de 23 de janeiro de 1934. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d23793.htm. . Acesso em 15 /09/2011.

BRASIL. Lei Federal n 4.771, de 15/09/1965. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4771.htm. Acesso em 15 /09 /2011.

CERTEAU, Michel de. (1998). **A invenção do cotidiano**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes,1998.

DANTAS, Ivan Coelho; SOUZA, Cinthia M. C. **Arborização urbana na cidade de Campina Grande/PB: inventário e suas espécies**. Campina Grande: Revista de Biologia e Ciências da Terra. vol. 4. 2004 Disponível em <http://eduep.uepb.edu.br/rbct/sumarios/pdf/arborizaurbana.pdf>. Acesso em 01/10/2011

DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a História e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DEL GROSSI, Sueli Regina. **De Uberabinha a Uberlândia: os caminhos da Natureza**. Contribuição ao estudo da geomorfologia urbana. São Paulo: USP . (Tese de Doutorado em 1991).

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História Oral: memória, tempo, identidades**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

DUARTE, Regina Horta. **À sombra dos ficus: Natureza e sociedade em Belo Horizonte**. **Ambiente & Sociedade**. Campinas, 2007. v.10, pp 25-44.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as Coisas: Uma arqueologia das Ciências Humanas**. São Paulo: Martins Fontes. 1999.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GRUZINSKI, Serge. **A Guerra das Imagens - De Cristóvão Colombo a Blade Runner (1492-2019)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

GUEDES, Veneziano; TROVÃO, Dilma M. B. M et al. **Impactos antrópicos e integridade ecológica no Sítio Louzeiro, Campina Grande (PB)**. Campina Grande: Revista de Biologia e Farmácia . 2009.vol. 5, pp.93-101.

Disponível em:

http://eduep.uepb.edu.br/biofar/v5n1/impactos_antropicos_e_integridade_ecologica_no_sitio_louzeiro.pdf. Acesso em 15/09/2011

LIMA, Vera Lúcia A.; SOUSA, Valdir Cesarino de; et al. **Avaliação preliminar de impactos ambientais no entorno do Louzeiro e Riacho das Piabas–Campina Grande–PB**. Campina Grande: Revista UEPB , 2010. Disponível em <http://revista.uepb.edu.br>. Acesso em 01/10/2011.

PÁDUA, José Augusto. **Floresta da Tijuca: viagens pela História**. O Eco. 2006. Disponível em <http://www.oeco.com.br/todos-os-colunistas/67-jose-augusto-padua>. Acesso em 13/09/2011

SÁNCHEZ, L.E. **Avaliação de impacto ambiental**. São Paulo: Oficina de Textos, 2006.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SAUSSURE, F. de.(1995). **Curso de Lingüística Geral**. 2º. ed. São Paulo: Cultrix, 1995.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: De Castelo à Tancredo**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.